

de, que se viram a braços com planos de contingência limitadores do acesso e de recursos, muitos dos quais alocados ao tratamento da nova doença.

Mas o aumento de internamentos verificado no ano passado nesta unidade de saúde advém, em parte, do facto de “a pandemia ter intensificado os factores externos causadores de perturbação, contribuindo para o agravamento da doença mental”, reforça o director.

No seu entender “sentimentos de insegurança, de medo e de ansiedade, agravados pelo isolamento e pela perda de emprego e dificuldades económicas” contribuíram para o agravamento da saúde mental dos madeirenses.

Substâncias psicoactivas dominam doença aguda

Em ambas as unidades de saúde verificou-se, em 2021, um aumento dos internamentos devido a substâncias psicoactivas, ainda que esse crescimento tenha sido mais evidente na ‘São João de Deus’.

Nesta unidade, situada no sítio do Trapiche, deram entrada, em 2021, 233 pessoas devido a drogas, correspondendo a 42% dos casos agudos. No ano de 2020, essa parcela foi de 35% (168), e, em 2019, de 29% (171).

“Concordante com os dados de que dispomos relativos aos internamentos na unidade de curto internamento, psiquiatria aguda, os números que têm gerado maior preocupação são os do aumento de fenómenos de doença psicótica originada em novas drogas”, refere Eduar do Lemos.

O responsável pela unidade afecta à Ordem Hospitaleira de S. João de Deus realça que, “no álcool, os números têm se mantido e a recuperação e a reintegração social é mais bem sucedida, não havendo tanta reincidência”, apontou.

Na ‘Câmara Pestana’ os números têm sido mais modestos neste âmbito. De 2020 para 2021, a representatividade dos internamentos por substâncias psicoactivas foi de 11%, com 52 situações. No ano anterior, deram entrada com esse diagnóstico 39 pessoas, o equivalente a 7% dos internamentos desse período. Em 2019, embora o número efectivo de casos deste género até tenha sido superior, com 63 registos, a sua relação com o global até foi ligeiramente mais favorável, com 10% dos doentes.

De entre as ilações que podemos tirar desta análise, destaca-se a prevalência deste problema na população masculina, já que foi na Casa de Saúde São João de Deus tivemos quase cinco vezes mais situações deste género.

Refira-se, ainda, que quase metade dos cidadãos que deram entrada, com doença aguda, na Casa de Saúde, no Trapiche, estavam desempregados. Estamos a falar de 43% em 2021 e 44% em 2020, ainda assim em 2019 este número fora inferior.

Internamento no público fomentaria fixação de psiquiatras



Enfermaria para agudos de psiquiatria, sobre a consulta externa, foi mandada parar pelo Governo de Albuquerque.

De alguns anos a esta parte, o Serviço Regional de Saúde (SESARAM) deixou de ter camas próprias destinadas ao internamento de doentes psiquiátricos agudos, delegando o Governo Regional essa ‘competência’ nas Casas de Saúde Câmara Pestana, no caso das mulheres, ou de São João de Deus, unidade vocacionada para utentes do sexo masculino. Em causa estão internamentos que duram, em média, 15 dias a um mês e que não devem representar custos para os doentes, muito menos quando em causa estão situações cobertas pela Lei de Saúde Mental.

Para Daniel Neto, anterior director do Serviço de Psiquiatria do SESARAM, este é um dos problemas apontados à saúde mental na Região. No seu entender, “o internamento de doentes agudos deve ser realizado pelos serviços públicos”, deixando de fora desta ‘exigência’ os doentes crónicos, que ocupam entre 80 a 90% das camas das Casas de Saúde. O psiquiatra mostra crítico ao modelo actual, referindo de permeio que mesmo nas enfermarias de doentes agudos, estas unidades privadas costumam ter, por vezes, à volta de 60% de casos sociais, “o que limita muito o número de doentes verdadeiramente agudos”.

“O trabalho das Casas de Saúde deve ser respeitado e deve ser valorizado, sobretudo pelo contributo que têm dado ao tratamento das doenças mentais na Região, ao longo dos anos e não é previsível que desapareçam sem haver uma revolução no tratamento da saúde mental”, ressalva o psiquiatra, que ainda assim não deixa de apontar a necessidade de mudanças no que respeita a este internamento, de-

vendo ser dada primazia a um internamento hospitalar.

“Isto não é nada contra as Casas de Saúde, é contra a organização do sistema”, salienta, devendo a Região aproximar-se, no seu entender, daqueles que são os modelos nacionais e internacionais no cuidar em saúde mental.

Questionado se o novo hospital poderá ser uma esperança nessa mudança de paradigma, Daniel Neto refere que “existindo espaço é sempre mais fácil estas coisas poderem se transformar”, não deixando, contudo, de apontar que essa transformação depende muito “da vontade dos colegas” e que a mesma podia acontecer já.

Embora assuma que o sistema é atípico em vigor, “para os profissionais traz vantagens”, pede uma solução ‘híbrida’, semelhante à que é aplicada no Serviço de Pedopsiquiatria, já que, na sua opinião, a mesma é benéfica para a qualidade dos cuidados prestados, mas, também, para as contas do erário público. “No fundo, a ‘Sagrada Família’ permite o aluguer do espaço ao SESARAM e são os técnicos do SESARAM que vão orientar os in-

SESARAM DEIXOU DE TER CAMAS PRÓPRIAS PARA INTERNAMENTO DE PSIQUIATRIA

ternamentos de agudos”, não havendo um segundo pagamento. “Isso é uma diferença muito importante”.

“Se compararmos o número de psiquiatras e pedopsiquiatras a trabalhar no privado e no público, a grande diferença é que os psiquiatras são pagos para trabalhar no internamento pelo privado”. Apon-tando que a grande maioria dos psiquiatras prefere trabalhar com doentes agudos, pois apresentam patologias onde podem fazer a diferença na qualidade de vida dessas pessoas, Daniel Neto reconhece que “se os colegas que fazem o internamento de agudos são pagos pelo privado, é fácil sair do Serviço Regional de Saúde para trabalhar no privado. E porquê? Porque continuamos a trabalhar com o inter-

ernamento de agudos, algo que é interessante em termos profissionais”.

Essa mudança de paradigma, independentemente da existência de espaço no actual hospital para camas de agudos psiquiátricos, para um paradigma mais próximo da pedopsiquiatria “poderia muito bem alterar o futuro da saúde mental e da psiquiatria de adultos na Região”, acredita. Além disso, não parece ter dúvidas que “se não existisse este pagamento pelo privado e fosse feito no mesmo regime da pedopsiquiatria, os colegas teriam muito mais dificuldade em sair para o privado, não por uma questão monetária, pois muitas vezes não é só isso que interessa, mas por uma satisfação profissional”.

Quanto ao futuro do tratamento das doenças mentais, o psiquiatra entende que o mesmo passa por um processo de desinstitucionalização e por uma maior aproximação da comunidade, com a criação das equipas comunitárias e de residências, permitindo que estes doentes “não estejam a viver de uma forma institucional, mas a viver de uma forma o mais próximo possível da sua comunidade e das suas origens”.

Quanto à incidência de patologias, Daniel Neto refere não ser fácil comparar a situação da Madeira com as demais regiões do País, devido à falta de dados, ainda assim, entende ser possível fazer esse exercício no que respeita aos internamentos compulsivos. No passado chegou a comparar os dados de 2017 e 2018, “não directamente o número”, mas a razão que levou ao internamento, tendo concluído que mais de 50% dos casos da Madeira foram desencadeados pelo consumo de drogas, enquanto no continente essa percentagem é muito inferior. M. L.



Daniel Neto, ex-director do Serviço de Psiquiatria do SESARAM.